

**Fundação de Sociologia e Política de São Paulo**

**Fundação Perseu Abramo**

**Desafios e metas para a implementação do Programa Cultura Viva no âmbito do  
Município de São Paulo.**

Aluna: Ana Beatriz de Oliveira Souza

Orientadora: Alessandra Atti

**2014**

## **Índice**

<b>1. Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>2. Justificativa.....</b>	<b>2</b>
<b>3. Método.....</b>	<b>6</b>
<b>4. Estudo de Caso.....</b>	<b>8</b>
<b>5. Resultados e Discussão acerca dos desafios encontrados na implementação do Programa Cultura Viva.....</b>	<b>14</b>
<b>6. Considerações Finais.....</b>	<b>18</b>
<b>7. Referências Bibliográficas.....</b>	<b>20</b>

**Resumo:**

Esse trabalho tem como objetivo analisar os primeiros passos dados pela Secretaria de Cultura do Município de São Paulo na atual gestão de Fernando Haddad (2013) para a implementação do Programa Cultura Viva – Pontos de Cultura e os principais desafios e metas apresentados no decorrer desse percurso.

## **1) Introdução**

Este trabalho visa apresentar um panorama sobre a atual gestão da Secretaria Municipal de Cultura a partir da sua recente experiência vivenciada na formulação de uma política cultural para a Cidade de São Paulo no Governo de Fernando Haddad e alguns desafios encontrados durante esse percurso. O Plano de Governo de Haddad trouxe algumas diretrizes, projetos e alguns valores para governar São Paulo oferecendo um novo modelo favorável ao diálogo e escuta da sociedade, no entanto, a gestão tem enfrentado alguns entraves e dificuldades recorrentes da administração pública e do contexto no qual hoje o Estado brasileiro se insere.

Alguns impasses ainda são marcantes para a gestão pública, que podem muitas vezes travar pautas, e se tornarem empecilhos para o avanço de alguns programas, como a falta de equipe técnica especializada e capacitada para o acompanhamento e implementação das políticas e programas; a precarização da estrutura como, desde a falta de equipamentos de trabalhos até a falta de gestão dos próprios espaços/equipamentos culturais da Secretaria; além, é claro, da falta de recursos orçamentário para o investimento em melhores condições de trabalho.

O objetivo da pesquisa está em identificar a forma pela qual esses problemas se apresentam no momento da implementação e efetivação das políticas culturais da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, através do Programa Cultura Viva – Pontos de Cultura, e como a gestão tem encontrado mecanismos para lidar ou superar essas questões.

Dentre as prioridades apresentadas pela gestão, alguns mecanismos tem sido pensados com intuito de lidar com esses fatores, como a criação de instâncias participativas da sociedade civil na elaboração e acompanhamento das políticas públicas; o fortalecimento da estrutura administrativa responsável por essas políticas e pela gestão dos equipamentos culturais; uma busca pela ampliação do orçamento para a cultura junto à Câmara Municipal de São Paulo; e o mapeamento dos espaços e iniciativas culturais.

## **2) Justificativa**

Partindo da análise do Programa Cultura Viva, podemos refletir como essas questões estruturais se manifestam, e quais os meios propostos para a superação das mesmas. O Cultura Viva busca financiar práticas culturais de grupos e associações culturais. Instituída em 2004, essa política seleciona projetos por meio de editais periódicos e tem como ação estruturante o financiamento de atividades socioculturais por meio dos Pontos de Cultura que recebem o repasse de 60 mil reais por ano para a execução de ações com base nos princípios da autonomia, protagonismo e empoderamento.

O programa Cultura Viva tem como objetivo promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural potencializando ações sociais e culturais e construindo novos valores de cooperação e solidariedade. Criado no período da Gestão Gilberto Gil (2003-2008), o Cultura Viva destina-se ao incentivo de projetos socioculturais visando populações de baixa renda, estudantes da rede básica de ensino, comunidades indígenas, rurais e quilombolas, grupos de mulheres, agentes culturais, artistas, professores e militantes sociais. O processo de seleção dos projetos é feito por meio de um edital público passando o projeto pelas fases de habilitação (análise dos documentos) e avaliação (seleção pela comissão de seleção).

A comissão de seleção e avaliação dos projetos é composta por profissionais de atuação na área cultural e os critérios de seleção dos projetos tem como base os impactos culturais e sociais que as ações podem gerar na comunidade. Essa política se materializa, portanto, na experiência do indivíduo enquanto cidadão/cidadã garantindo-lhe o direito à fruição e produção da cultura.

O Cultura Viva tem como público alvo, de acordo com as portarias nº 156 e nº82 do Ministério da Cultura, de 06 de julho de 2004 e de 18 de maio de 2005, população de baixo acesso aos instrumentos de produção, fruição e difusão cultural, com base no reconhecimento das identidades culturais de cada população, envolvendo assim crianças, adolescentes, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social, população de baixa renda, estudantes da rede básica de ensino, professores e coordenadores pedagógicos da educação básica, habitantes de regiões e municípios de

relevância para a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental, comunidades indígenas , rurais e quilombolas.

Os Pontos de Cultura são iniciativas que envolvem comunidades em atividades de arte, cultura, educação, cidadania e economia solidária. Cada Ponto de Cultura para desenvolver sua ação recebe três parcelas anuais de 60 mil reais. Atualmente, há quase quatro mil Pontos de Cultura em 1122 municípios de todo o Brasil (MINC, 2010).

A partir de levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no primeiro semestre de 2010, os Pontos de Cultura alcançaram oito milhões e 400 mil pessoas envolvidas no país, entre participantes diretos e indiretos das atividades. Os Pontos são as ações principais do Programa Cultura Viva que interligam o Estado e a sociedade. Esses Pontos movimentam diversos atores e não possuem um local e nem modelo específicos para a sua formação. Por ser uma ação voluntária, a iniciativa é o ponto chave dos Pontos, que formam redes proporcionando trocas de informações, experiências e contatos.

*O fomento da cultura em sua dimensão antropológica, não deve ser responsabilidade específica de um setor governamental, deve estar nas diretrizes globais de governo, integrada com o conjunto das áreas de atuação do Estado. (ARANTES, 2009).*

O papel do Estado brasileiro na cultura deve ser pensado a partir do entendimento da dimensão territorial e da pluralidade de manifestações culturais que o país apresenta, traçando fortes diretrizes e estratégias de gestão pública com base na dimensão macro e nas ações regionalizadas e locais. Tal ação, portanto, depende da integração entre as diversas esferas de governo e as várias áreas de atuação do Estado.

*O país vive hoje um processo contínuo de construção de projetos coletivos de gestão pública,*

*cuja base é o reconhecimento cultural dos distintos agentes sociais e a criação de canais de participação democrática. Um dos grandes desafios da gestão pública da cultura e da avaliação das ações implementadas é o que diz respeito à relatividade de seus objetivos e à multiplicidade de efeitos buscados ou por ela alcançados (BRITO, 2009).*

Ao compreender que no campo da cultura, o resultado e a avaliação das políticas dependem da apreciação de vários fatores, muitas vezes intangíveis, a avaliação do resultado dos projetos implementados deve perpassar também pela constatação da forma como cada ação valoriza e estimula o potencial criativo de cada comunidade. Por causa desse motivo, uma política cultural deve passar uma visão de cultura como força social de interesse coletivo.

*Numa democracia participativa, a cultura deve ser encarada como uma expressão da cidadania. Um dos objetivos de governo deve ser, então, a promoção das formas culturais de todos os grupos sociais, segundo as necessidades e os desejos de cada um, procurando incentivar a participação popular no processo de criação cultural e promover modos de autogestão das iniciativas culturais (BRITO, 2009).*

Entendendo que a cidadania democrática e cultural contribui para a superação das desigualdades e o reconhecimento das diferenças existentes entre os sujeitos a partir das dimensões social e cultural, e que esses diferentes indivíduos se encontram entrelaçados em redes de relações e projetos coletivos, analisa-se que é com base nessas experiências, que nascem as possibilidades de construção de uma participação coletiva

constante na vida política e cultural da sociedade. Portanto, a garantia de cidadania e democracia cultural perpassa pela elaboração de uma política que gera condições duradouras no campo do acesso e da produção de cultura de maneira igualitária.

Essa consciência de cidadania coloca a cultura como elemento chave para a construção da participação ativa e consciente da sociedade na solução de seus problemas, por isso, compreender as transformações ocorridas nas organizações e nas expressões culturais, e perceber a influência da ação pública, das políticas públicas e dos diferentes papéis do Estado para essa mudança é intrínseco à discussão.

*Garantindo com esta linha de ação proposta o direito de produzir cultura, seja pela apropriação dos meios de produção existentes, seja pela invenção de novos significados culturais; direito de participar das decisões quanto ao fazer cultural; direito de usufruir dos bens da cultura com condições de acesso e uso; direito à informação sobre os serviços culturais; e do direito à formação artística e cultural (CHAUÍ, 2006).*

Ampliando, portanto, o conceito de cultura, e tomando como base as dimensões antropológica, simbólica e cidadã, é que percebemos também o reconhecimento da cultura como um direito de todo o cidadão, e o Estado passa assim a considerar as múltiplas identidades e expressões culturais até então desconhecidas pela ação pública. No bojo dessa discussão, com a aprovação da PEC 306 em 2005, que se transformou em Emenda Constitucional (EC) de nº 48 que se instituiu o Plano Nacional de Cultura foi consolidado o Programa Cultura Viva.

Com base na necessidade de se consolidar uma política cultural democrática e plural para o Município de São Paulo, na atual gestão de Fernando Haddad, a Secretaria Municipal de Cultura, na figura do Secretário Juca Ferreiro, firmou, através de um

convênio firmado com o Governo Federal, o Programa Pontos de Cultura, em decorrência da pluralidade de experiências e ações culturais existentes no município, com intuito de fortalecer as práticas culturais de grupos atuantes nas comunidades, a partir da ampliação do acesso aos meios de produção, circulação e fruição de bens e serviços culturais.

### **3) Método**

Entender a metodologia de uma pesquisa como um alicerce estruturante para se chegar a uma possível solução de uma questão levantada, como por exemplo, os desafios e passos dados pela administração a partir de uma demanda social latente, como o longo tronco de uma árvore que dá base e sustentação para o seu desenvolvimento, o método utilizado foi a análise dos dados pertinentes ao problema levantado.

Com isso, para analisar os primeiros passos dados pela gestão municipal na implementação do Programa Pontos de Cultura, e os desafios hoje colocados para sua efetivação plena, foi feito um levantamento sistemático das primeiras ações realizadas pela Secretaria Municipal de Cultura para consolidar a execução desse projeto. A partir de um diagnóstico da demanda social existente no território e o processo de adesão do município ao Sistema Nacional de Cultura, com a formulação do Sistema Município de São Paulo, foi possível identificar alguns motivos pelos quais a gestão municipal sentiu a necessidade urgente de implementar este programa. O objetivo da pesquisa foi, portanto, através das leituras teóricas e das referências bibliográficas aqui citadas, buscar por meio também de leis, decretos, portarias, cadernos e sistematizações de documentos oficiais, os primeiros caminhos e direcionamentos dados para a gestão do Programa Pontos de Cultura.

A fonte de pesquisa foram esses dados e documentos oficiais alinhados à bibliografia pertinente ao assunto, além de artigos e matérias de jornais publicadas sobre o tema. Considerando que, grande parte do acervo, principalmente as publicações mais recentes encontram-se disponíveis na Secretaria de Cultura e no meio eletrônico, o

acesso à base de dados foi realizada no acervo da própria Secretaria e na internet através dos portais institucionais.

Sendo assim, primeiro, foi realizado esse levantamento do total dos documentos existentes desde o início da gestão Juca Ferreira (2013). Utilizando para a busca a palavra-chave pontos de cultura, foram encontradas, com isso, decretos, portarias, editais, e publicações dos projetos inscritos e selecionados na 1ª edição do Programa.

Todos os documentos foram compilados, lidos e relidos de modo a tentar organizar alguns elementos como: a) o motivo pelo qual a política foi criada, b) o programa de governo ao qual ela se insere; c) o modo de gestão adotada pela Secretaria de Cultura; e d) a demanda social dos grupos sociais existentes no território.

Além disso, na análise do material busquei observar e refletir a respeito de quais aspectos uma política de cultura deve estar baseada envolvendo assim uma reflexão maior sobre quais são os pilares para a materialização de uma ação voltada para a ampliação da cidadania cultura, com a produção, fruição e reverberação dos bens e serviços culturais ofertados para a população, levando em consideração também, o projeto de governo na qual esta mesma política se encontra, alicerçado em princípios democráticos, participativos e populares.

#### **4) Estudo de Caso**

Por meio da mudança do modelo de gestão, partindo de princípios de descentralização e democratização da política, o programa de governo de Fernando

Haddad foi formulado com base em alguns pilares. O Governo de Haddad trouxe, portanto, diretrizes, projetos e alguns valores para governar São Paulo oferecendo uma visão de futuro da cidade e expressando como São Paulo deve se desenvolver do ponto de vista urbanístico, econômico, social, cultural e ambiental nos tempos atuais. Este modelo tem o intuito de apresentar propostas e soluções para os problemas imediatos, indicando caminhos para o futuro, resgatando sempre a importância do planejamento, com o objetivo de iniciar um novo ciclo na história política e administrativa da cidade.

Com isso, a política cultural pensada no plano de governo de Fernando Haddad para a cidade foi iniciada com base na democratização da cultura e ampliação do acesso à produção e fruição dos diversos serviços e bens culturais apresentados pela cidade e pelos grupos nos quais nela se inserem.

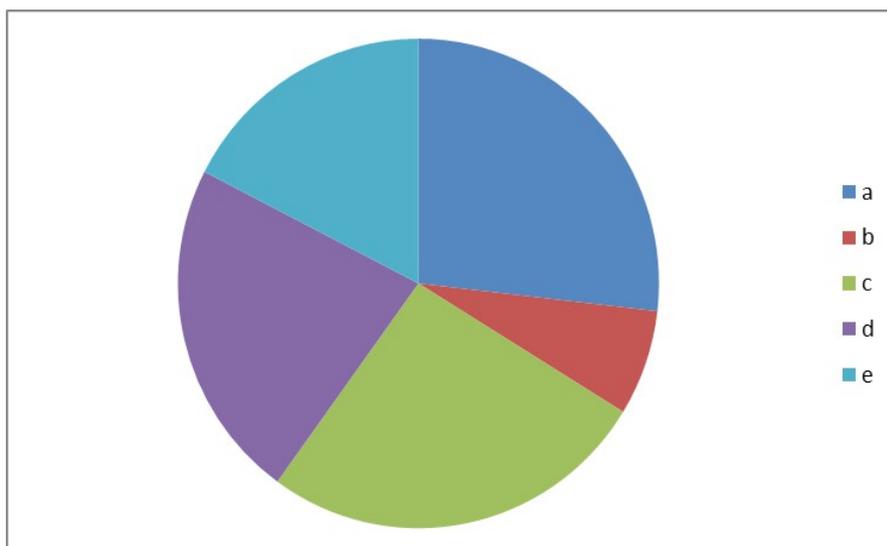
Tendo como um dos focos a Políticas de Fomento à Criação Artística e Cultural, esta teve como diretrizes: a) a implementação do fundo Municipal de fomento à Cultura, com o objetivo de unificar e coordenar as linhas dispersas de financiamento municipal, ampliando os recursos disponíveis e atingindo as áreas até agora não contempladas; b) a ampliação e modernização dos programas de incentivo à cultura já existentes no município; c) o lançamento de editais dos Pontos de Cultura para apoiar os existentes e criar condições para que se estabeleça uma rede de conexão entre eles; d) a ampliação do orçamento do programa de valorização de iniciativas Culturais (VAI) para que se tenha um leque maior de linguagens artísticas contempladas; e) o lançamento de editais que contemplem manifestações artísticas e culturais pouco consolidadas e valorizadas pelo mercado; a f) a implementação do programa Bolsa-Cultura que pretende financiar, no formato de bolsa ao remunerar mensalmente o agentes comunitários.

Outro apontamento foi dado no que diz respeito à Políticas de Integração a partir do qual algumas metas foram traçadas tais como: a) a implantação do Sistema Municipal de Cultura; b) a adesão ao Sistema Nacional de Cultura; c) a organização de conferências municipais de cultura; d) a Constituição de uma Política de intercâmbio entre a Secretaria da Cultura, as demais secretarias municipais e órgãos da prefeitura com intuito de desenvolver programas educativos e culturais; e) a elaboração e implantação de um Plano Municipal do livro e da leitura; e f) a implantação do projeto “Bibliotecas das Comunidades” em praças, parques e outros espaços públicos.

Com base nesse programa de governo, a Secretaria Municipal de Cultura pensou em alguns elementos que têm norteado a formulação de uma política cultural para a cidade como: 1) a criação de instâncias participativas da sociedade civil na elaboração e acompanhamento das políticas públicas; 2) o fortalecimento da estrutura administrativa responsável por essas políticas e pela gestão dos equipamentos culturais; 3) a ampliação do orçamento para a cultura; e 4) o mapeamento dos espaços e iniciativas culturais.

A partir desse novo modelo de gestão do Estado e, com base nessas diretrizes, um dos primeiros passos realizados pela gestão Juca Ferreira para ouvir as demandas da sociedade foi o Programa #Existe Diálogo que promoveu encontros com diversos setores culturais e a realização da III Conferência Municipal de Cultura, que teve como propostas mais votadas: a) Eixo I (215 votos) – A reestruturação da Secretaria Municipal de Cultura e ampliação do número de funcionários; b) Eixo III (56 votos) – A implementação da Rede Municipal dos Pontos de Cultura; c) Eixo III (210 votos) - A criação de uma Lei de Fomento à Periferia visando à estruturação e potencialização de coletivos artísticos da periferia; d) Eixo IV (181 votos) - O mapeamento e regularização de espaços públicos, privados ociosos, entre outras; e) Eixo I (140) – A criação imediata do fundo municipal de cultura, entre outras demandas.

Fig. 1 – Proporcionalidade das propostas mais votadas na III Conferência Municipal de Cultura, com recorte nas citadas pelos itens: a, b, c, d, e.



Com base nessas demandas, principalmente no que se refere ao item b, foi realizado então, o Convênio de nº 789167/2013 pela Secretaria Municipal de Cultura com o Ministério da Cultura, com a proposta de implementar na cidade de São Paulo o Programa Cultura Viva, garantindo por meio dessa parceria a ampliação do acesso aos bens culturais, a promoção da diversidade cultural e social, a maior qualificação do ambiente social para gerar oportunidades de emprego e renda, a partir da linha de ação da Cultura e Cidadania; da Diversidade Cultural e da Geração de Renda.

A partir desse Convênio assinado, ficou formalizado que o apoio financeiro para os selecionados por cada edital seria estipulado no valor individual de, no máximo, R\$ 160.000,00 para cada um, pelo período de vigência de 24 (vinte e quatro) meses, sendo realizado nas seguintes condições: 50% do valor na assinatura do contrato, e 50% após a primeira prestação de contas, que ocorrerá 11 meses após o início do desenvolvimento do projeto.

Conforme estabelecido no convênio, a análise e seleção de projetos foi realizada por uma Comissão de Avaliação, formada por 8 (oito) representantes da Sociedade Civil e 8 (oito) representantes do Poder Público, dentre estes, 5 (cinco) representantes designados pela Secretaria Municipal de Cultura, 1 (um) representante da Secretaria

Estadual de Cultura, e por 2 (dois) representantes da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura.

Para o acompanhamento do projeto ficou formalizado que serão realizadas, de forma sistemática, visitas técnicas aos projetos para acompanhamento das atividades desenvolvidas, além das prestações de contas. Serão desenvolvidos também 5 (cinco) encontros semestrais de avaliação, um em cada macrorregião da cidade de São Paulo, visando refletir sobre as ações desenvolvidas além de integrar a rede de Pontos de Cultura.

Além disso, foi firmado também que a Secretaria Municipal de Cultura deverá garantir ampla divulgação das ações do Programa Municipal de Pontos de Cultura através de material impresso (publicações, folders, cartazes etc), criação de website e inclusão das atividades dos Pontos de Cultura na programação da Secretaria e em outros veículos de comunicação. Além da integração já prevista nos encontros semestrais, o órgão deverá promover a articulação da rede municipal com a rede estadual e nacional de Pontos de Cultura, além da articulação com outros programas municipais de cultura como o Programa VAI, Programa de Fomentos ao Teatro, Cinema e Dança, Programa Vocacional, entre outros.

Com base nessa primeira formalização da política foi lançado em 17/01/14 o primeiro Edital do Programa dando início às primeiras diretrizes para a implementação do programa sendo um grande desafio para gestão, levando em consideração também algumas dificuldades administrativas como a pouca capacidade técnica, e falta de equipes para o acompanhamento do programa que a Secretaria Municipal de Cultura ainda enfrenta.

Dentre alguns objetivos estipulados pelo 1º edital publicado estavam o de credenciar organizações culturais da sociedade civil interessadas em concorrer ao apoio financeiro para o desenvolvimento de ações culturais como Ponto de Cultura através da selecionar de no mínimo 85 projetos para receber apoio financeiro para o desenvolvimento de ações culturais como Ponto de Cultura.

Essa parceria entre o Ministério da Cultura e a Prefeitura do Município de São Paulo, que teve como instrumento o Convênio MinC/FNC nº 789167/2013, formalizou o valor de R\$ 15.350.000,00 para o programa. No entanto, só para esta primeira Edição do Ponto de Cultura, este teve como limite orçamentário o valor de R\$ 13.600.000,00 (treze milhões e seiscentos mil reais).

Dentre os critérios de seleção foram estipulados alguns que nortearam a comissão julgadora tais como:

- a) A avaliação dos projetos será realizada por uma Comissão de Avaliação com reconhecida competência na área cultural em campos de atuação tais como: Grupos Étnico-Culturais, Grupos Etários (juventude, crianças e idosos), Áreas Técnico-Artísticas, Patrimônio Cultural, Audiovisual e Radiodifusão, Cultura Digital, Gestão e Formação Cultural, Pensamento e Memória, Interações Estéticas, Cultura e Democratização dos Meios de Comunicação, Cultura e Educação, Cultura e Saúde, Cultura e Meio Ambiente, Cultura e Direitos Humanos, Economia Criativa e Solidária, Livro Leitura e Literatura.
  
- b) A Comissão de Avaliação também observará nos projetos apresentados, ações que visem preservar, identificar, proteger, valorizar e promover a diversidade e a cidadania, e, que contemplem um ou mais segmentos das comunidades e povos tradicionais, segundo a definição dada pelo Decreto n.º 6040/2007, incluindo povos indígenas, quilombolas, ciganos, povos de terreiros, irmandade de negros, agricultores tradicionais, pescadores artesanais, dentre outros grupos; bem como a promoção de uma cultura em direitos humanos voltados a crianças, jovens, idosos, pessoas com deficiência, pessoas em sofrimento psíquico, pessoas em situação de rua, população em situação de restrição e privação de liberdade, mulheres, gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, pessoas ou grupos vítimas de violência, populações de regiões fronteiriças, grupos assentados da reforma agrária, população de fronteira, população sem teto, populações atingidas por barragens, comunidades de descendentes de imigrantes, dentre outros.

- c) A Comissão de Seleção observará em sua avaliação o aporte de recursos públicos federais, estaduais e municipais, bem como de recursos privados investidos em ações culturais desenvolvidos pelas organizações que concorrem no pleito, buscando promover a equidade na distribuição de recursos.
- d) Ao avaliar as propostas, a Comissão de Avaliação observará sua adequação às políticas de implantação do Programa Cultura Viva no Município de São Paulo e os benefícios culturais, sociais e econômicos oferecidos à comunidade e a capacidade técnica de operacionalização do projeto, de acordo com os seguintes critérios e pontuações:

Fig 2 – Critérios de avaliação da comissão julgadora

Item	Critério de avaliação	Pontuação
Projeto	Coerência, viabilidade da proposta e adequação do orçamento ao Plano de Trabalho	De 0 a 20 pontos
Impactos	Contribuição para o acesso da população à produção de bens culturais, principalmente para crianças, jovens e idosos, pessoas com deficiência, ações afirmativas, entre outros	De 0 a 15 pontos
	Transversalidade da cultura na relação com outras áreas como educação, saúde, meio ambiente etc	De 0 a 10 pontos
	Articulação com equipamentos públicos e/ou espaços comunitários e/ou agentes de cultura	De 0 a 15 pontos
Histórico das ações culturais	Portfólio apresentado para o credenciamento	De 0 a 10 pontos
	Ações continuadas existentes, que necessitem de recursos para fortalecimento e consolidação, de acordo com o histórico de atuação cultural apresentado no credenciamento	De 0 a 10 pontos
Índice de Vulnerabilidade Social da área de localização da ação	Vulnerabilidade Muito Alta – 20 pontos	De 0 a 20 pontos
	Vulnerabilidade Alta – 15 pontos	
	Vulnerabilidade Média – 10 pontos	
	Baixa, Muito Baixa ou Nenhuma Vulnerabilidade	

	- 0 pontos	
<b>Total</b>		<b>De 0 a 100 pontos</b>

- e) Para garantir a melhor distribuição geográfica dos pontos de cultura, visando o critério de contemplar toda a territorialidade, serão selecionados os projetos com maior pontuação, considerando-se a população por macrorregião da cidade conforme distribuição aproximada abaixo:

Macrorregião	Centro	Leste	Norte	Oeste	Sul
%º aprox.	4%	35%	20%	9%	32%

## **5) Resultados e Discussão acerca dos desafios encontrados na implementação do Programa Cultura Viva**

Com base nesses critérios apresentados acima, a comissão julgadora buscou nortear sua seleção não necessariamente pela qualidade do projeto. Entendendo que um projeto de qualidade artística tem muitos caminhos, no caso dos Pontos de Cultura, os projetos foram selecionados não necessariamente pelo critério de maior mérito, mas sim o de maior importância para um determinado contexto social e cultural, relacionando os objetivos ao plano de trabalho e a real possibilidade de execução do que estava proposto com o orçamento apresentado.

Foram selecionados 85 projetos que procurou valorizar também as organizações e grupos que estabelecem relações de cultura e arte de forma transversal com outras áreas e instituições, sejam elas relacionadas a gênero, etnia, acessibilidade, educação, meio ambiente, saúde, entre outros que colaboram para a efetivação da cidadania. Sendo assim, o foco da avaliação não foi a arte apresentada de forma instrumental, e sim como ponto de partida para outras linguagens ou temáticas que potencializasse sua atuação

Fig 3 – Resultado Final da avaliação da comissão julgadora

**MACRORREGIÃO CENTRO**

**Relação de organizações culturais selecionadas para recebimento de apoio financeiro**

Classif.	Nº inscr.	Nome da Organização proponente	Nota Final
1.	SMC 084	Centro de Convivência É de Lei	76,5
2.	SMC 228	Instituto Espaço Arterial: comunicação e arte	75,5
3.	SMC 131	Laboratório Brasileiro de Cultura Digital	74,5
4.	SMC 144	Casa Mestre Ananias - Centro Paulistano de Capoeira e Tradições Baianas	72,0
5.	SMC 149	União dos Cordelistas, Repentistas e Apologistas do Nordeste	72,0

**MACRORREGIÃO NORTE**

**Relação de organizações culturais selecionadas para recebimento de apoio financeiro**

Classif.	Nº inscr.	Nome da Organização proponente	Nota Final
1.	SMC 049	Associação Cantareira	83,5
2.	SMC 152	Afoxé Filhos da Coroa de Dada	82,0
3.	SMC 141	Associação Cultural Fábrica de Cinema	78,0
4.	SMC 234	Instituto Caesvi	77,5
5.	SMC 097	Associação Frida Kahlo	72,0
6.	SMC 116	Pólo Cultural - Educação e Arte	70,0
7.	SMC 041	Centro Social Padre Joseph Allan Black	69,5
8.	SMC 137	Mudança de Cena	55,0
9.	SMC 037	Instituto Encantos Sócio Cultural e Beneficente	54,0
10.	SMC 112	Associação Cultural Sinfonia de Cães	54,0
11.	SMC 185	Ecos do Vitória - Educação de Gestão Ambiental	52,5
12.	SMC 223	Centro Comunitário Nossa Senhora Aparecida	52,5
13.	SMC 156	GRCS Escola de Samba Unidos de Vila Maria	50,5
14.	SMC 060	SAVIC - Sociedade Amigos de Vila Constança	50,0

**MACRORREGIÃO OESTE**

**Relação de organizações culturais selecionadas para recebimento de apoio financeiro**

Classif.	Nº inscr.	Nome da Organização proponente	Nota Final
1.	SMC 183	Instituto Entreatos de Promoção Humana	87,5
2.	SMC 122	Instituto Brasileiro de Estudo e Apoio Comunitário Queiroz Filho	84,5
3.	SMC 098	Instituto Nação	84,0
4.	SMC 064	Serviço de Orientação da Família	82,0

5.	SMC 004	Escola Nômade de Filosofia	75,2
6.	SMC 204	Associação Cultural da Comunidade do Morro do Querosene	72,5
7.	SMC 027	Grupo Cupuaçu Centro de Estudos de Danças Populares Brasileiras	71,0
8.	SMC 164	Associação Raso da Catarina	70,0

### **MACRORREGIÃO SUL**

#### **Relação de organizações culturais selecionadas para recebimento de apoio financeiro**

<b>Classif.</b>	<b>Nº Inscr.</b>	<b>Nome da Organização proponente</b>	<b>Nota Final</b>
1.	SMC 069	Associação Capão Cidadão	97,0
2.	SMC 184	Instituto Periferia Ativa	96,5
3.	SMC 108	Associação Cultural Recreativa Esportiva Bloco do Beco	94,5
4.	SMC 110	Instituição Maria José Educar	93,5
5.	SMC 165	Associação de Amigas e Amigos do Sacolão das Artes	93,0
6.	SMC 123	Associação Guarani Nhe'E Pora	93,0
7.	SMC 115	Associação Cultural Artística Cine Favela	92,5
8.	SMC 158	Organização Favela da Paz	89,0
9.	SMC 162	União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e região	88,5
10.	SMC 017	Assoc. do Abrigo Nossa Senhora Rainha da Paz do Jd Fim de Semana	88,0
11.	SMC 042	Instituto Fomentando Redes e Empreendedorismo Social	87,5
12.	SMC 136	Jardim Miriam Arte Clube	87,5
13.	SMC 051	Associação Comunitária Monte Azul	87,5
14.	SMC 139	Associação Cultural Filhos da Corrente	83,7
15.	SMC 001	Soc. Beneficente Centro de Cultura Afro-brasileira Asé Ylê do Hozouane	82,0
16.	SMC 145	Associação dos Moradores do Jardim Piracuama	81,0
17.	SMC 203	Instituto Cultural Dandara	81,0
18.	SMC 018	ABANCA - Núcleo de Vivência de Cultura Urbana	77,0
19.	SMC 102	Instituto CITA - Canto de Integração de Todas as Artes	76,0
20.	SMC 111	Companhia de Teatro Heliópolis	75,5
21.	SMC 220	Libertários do Capão Redondo	75,5
22.	SMC 046	Cooperativa Paulista de Teatro - Cia Humbalada de Teatro	75,0
23.	SMC 088	Associação Cultural Corrente Libertadora	73,5
24.	SMC 209	Associação Beneficente Janga+ação	73,5
25.	SMC 163	Comunidade Nova Civilização	71,0
26.	SMC 140	Paidéia Associação Cultural	70,5
27.	SMC 134	União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências	70,5
28.	SMC 087	Obras Recreativas, Profissionais, Artísticas e Sociais	69,5
29.	SMC 192	Associação ProBrasil - Criando Futuro	68,5

## **MACRORREGIÃO LESTE**

### **Relação de organizações culturais selecionadas para recebimento de apoio financeiro**

<b>Classif.</b>	<b>Nº Inscr.</b>	<b>Nome da Organização proponente</b>	<b>Nota Final</b>
1.	SMC 035	Instituto Nova União da Arte – NUA	94,5
2.	SMC 208	CEDECA Mônica Paião Trevisan	89,5
3.	SMC 231	Centro de Educação Popular da Comunidade Nossa Senhora Aparecida	88,0
4.	SMC 117	Associação de Voluntários Integrados no Brasil	87,0
5.	SMC 189	Jardim Verônia Esporte Clube Ermelino Matarazzo	86,5
6.	SMC 128	Associação de Arte e Cultura Periferia Invisível	82,5
7.	SMC 024	Espaço Cultural Carlos Marighella	79,0
8.	SMC 026	Movimento de Defesa do Favelado	78,0
9.	SMC 187	Associação A mulher e o movimento hip-hop (Hip-hop mulher)	76,5
10.	SMC 048	Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Social e Humano	76,0
11.	SMC 174	Centro Comunitário Criança Feliz	76,0
12.	SMC 021	Espaço comunitário solidário Ana Santos	75,5
13.	SMC 166	Sociedade Amigos do Parque Veredas	75,0
14.	SMC 014	Associação Centro de Arte Educação São Mateus em Movimento	74,5
15.	SMC 059	Instituto Pombas Urbanas	74,0
16.	SMC 090	Associação Aliança Libertária Meio Ambiente - Coletivo Alma	73,5
17.	SMC 173	Movimento Cultural de Cidade Tiradentes e adjacências	73,5
18.	SMC 006	Associação da União das Mulheres Dalva Paixão	73,0
19.	SMC 142	Instituto Reação Arte e Cultura	67,0
20.	SMC 068	Jardins Unidos num trabalho de obras sociais	66,5
21.	SMC 072	Movimento Cultural Penha	66,0
22.	SMC 031	Associação Cultural Vila Maria Zélia	65,0
23.	SMC 066	Associação Solidariedade de Arte e Cultura	65,0
24.	SMC 065	Grêmio Recreativo Escola de Samba Amizade Zona Leste	63,7
25.	SMC 199	Rede Cidadã Multicultural	63,5
26.	SMC 222	Associação União da Juta	63,0
27.	SMC 009	Orquestra Experimental de Cavaquinho Sabiá Laranjeira	58,0
28.	SMC 202	Sociedade Amigos de bairro do Conj.Habitacional Jardim Sapopemba	58,0
29.	SMC 224	Associação Cultural e Desportiva Nikkei de São Miguel Paulista	58,0

Dentre a pluralidade de projetos selecionados por região, apesar, de muitos avanços no que tange à política cultural da cidade de São Paulo, a partir de um novo olhar para produção cultura e as manifestações artísticas cotidianas que este território respira, alguns impasses ainda estão colocados para a gestão pública. Problemas

diagnosticados como estruturantes para a gestão que podem muitas vezes travar algumas pautas, e se tornarem empecilhos para o avanço de alguns programas, ou para a implementação plena dos mesmos, como, por exemplo, do Programa Cultura Viva que apesar de obter recurso por meio de convênio com o Governo Federal será na sua integralidade gerido pela Secretaria Municipal de Cultura, especificamente pelo Núcleo de Cidadania Cultural, que conta hoje com uma equipe reduzida de técnicos, responsáveis também por gerirem os Programas VAI 1, VAI 2, Agente Jovem de Cultura e Programa Aldeias. Cabe reforçar que a equipe técnica é responsável também pelo acompanhamento de todos os projetos contemplados por todos os programas.

## **6) Considerações Finais**

Vale salientar que a demanda por uma reestruturação da Secretaria Municipal de Cultura para a melhor gestão da Política Cultural e dos seus Programas é evidente tanto para os gestores e os/as artistas da cidade, quanto para todos os cidadãos que usufruem da política cultural, a exemplo de ser a proposta mais votada na III Conferência Municipal de Cultura realizada no final de 2013.

*Ainda com relação à estrutura organizacional, a reestruturação da Secretaria Municipal de Cultura com a ampliação do quadro de funcionários e sua permanente capacitação foi a proposta mais votada na Conferência, indicando que tanto os representantes do poder público quanto os parceiros e beneficiários da sociedade civil identificam um gargalo no arcabouço administrativo do município. (Val; Lima; Oliveira & Pinto, 2014).*

Além da precariedade administrativa, as demandas da sociedade convergiram também para a reivindicação de mais recursos para a cultura na cidade, sugerindo-se o percentual mínimo de 2% do orçamento municipal para as políticas nessa área. Conjuntamente à ampliação financeira e como forma de geri-la, foi solicitada também a

criação de um Fundo Municipal de Cultura, entendido como mecanismo de financiamento à cultura que garante melhor distribuição dos recursos frente à renúncia fiscal.

Apesar da forte pressão tanto por parte dos servidores públicos quanto por parte da sociedade, nenhuma medida efetiva foi tomada a esse respeito até então pela atual administração, um dos entraves, no entanto, é a questão orçamentária. A intenção de trazer a luz uma determinada política executada e em curso de implementação pela Secretaria Municipal de Cultura foi a de problematizar esse impasse que é vivência na Gestão Fernando Haddad, se concretizando na impossibilidade em administrar uma máquina pública da dimensão da Cidade de São Paulo com pouca estrutura, ou como gerir um Programa que financiará 85 pontos de cultura com um reduzido corpo técnico de funcionários? Não cabendo a este trabalho apresentar soluções, mas sim tentar desvendar onde possivelmente essas respostas podem ser buscadas, diria que a prática poderá trazer algumas pistas, que depende do curso das ações e escolhas tomadas pela gestão, como por exemplo, realocação de recurso para uma melhor condição estrutural da Secretaria e dos equipamentos culturais, e aumento do corpo técnico de funcionários com abertura de novos concursos, e planos de carreira. Esses e outros exemplos, não se esgotam aqui, mas abrem possibilidades para algumas saídas.

## **7) Referências Bibliográficas**

ARANTES, A. A. N. **Cultura é Cidadania e Democracia**. *1ª Conferência Nacional de Cultura: Texto Base dos Eixos Temáticos*. Brasília, 2010.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Editora Perspectiva. São Paulo, 1997.

BRITO, R. C. Conselho Nacional de Cultura. **Caderno 1ª Conferência Nacional de Cultura**. Brasília, 2009.

CALEBRE, L. **Gestão Cultural municipal na contemporaneidade**. São Paulo, 2010.

CALEBRE, L. **Gestão Pública da Cultura**. *1ª Conferência Nacional de Cultura: Texto Base dos Eixos Temáticos*. Brasília, 2010.

CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia o discurso competente e outras falas**. 11.ed. SÃO PAULO. Cortez, 2006.

COSTA, C. C. **História, Cultura e Gestão do MEC ao MINC**. *Rio de Janeiro, 2009*.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Cultura é um bom negócio**. Brasília: MINC, 1995.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares**. Brasília: MINC, 2005.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Programa cultural para o desenvolvimento do Brasil**. Brasília: Ministério da Cultura, 2006.

MOISÉS, J. A. **Cultura e Democracia**. Volume I. Rio de Janeiro. Edição Fundação Nacional de Cultura, 2001.

RUBIM, A. A. C. **Políticas culturais no governo Lula**. Bahia, 2010.

VAL, Ana Paula; LIMA, Luciana Piazzon Barbosa; PINTO, Viviane Cristina. **Participação e cidadania cultural: A experiência da III Conferência Municipal de Cultura de São Paulo**. São Paulo, SMC. 2014.

Disponível em: [http://pensenovotv.com.br/files/Programa\\_de\\_Governo\\_Haddad.pdf](http://pensenovotv.com.br/files/Programa_de_Governo_Haddad.pdf)  
Consultado em: 24/03/2014

Disponível em: [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/propostas%20conferencia%20ok\\_1376410708.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/propostas%20conferencia%20ok_1376410708.pdf) Consultado em: 13/04/2014

Disponível em: <http://programavai.blogspot.com.br/> Consultado em: 10/06/2014.